

Disciplinas revisionais como política de permanência universitária: Um estudo de caso sob a análise foucaultiana de enunciados na formação de professores que ensinam matemática

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2026.24.2.12323>

Bruna Camila Alonso Martin Martins¹, Luciano Ferreira², Talita Secorun dos Santos³

Resumo: Este artigo analisa, a partir de uma entrevista com um professor do Ensino Superior de um curso de licenciatura em Matemática de uma Universidade Estadual do estado do Paraná, os enunciados de objetivação do sujeito, mostrando de que forma essa produção discursiva do aluno como “carente de base” se articula com a configuração das disciplinas revisionais como uma política de permanência universitária. Mobilizamos os conceitos foucaultianos de enunciado, objetivação do sujeito e subjetivação. Os resultados da análise da entrevista indicam que as disciplinas revisionais operam simultaneamente como estratégia de permanência, ao suprir lacunas da formação anterior, e como dispositivo que objetiva o estudante a partir de uma fala, submetendo-o a uma lógica de normalização. Conclui-se que tais disciplinas têm potencial para funcionar como política de permanência, mas esse potencial só se realizará se articulado a políticas de apoio socioeconômico, acompanhamento psicológico e, sobretudo, a uma ressignificação do discurso sobre a “falta de base” que não estigmatize o aluno.

Palavras-chaves: Disciplinas Revisionais, Políticas de Permanência, Formação Inicial de Professores que Ensinam Matemática.

Revision Courses as a University Retention Policy: A Case Study Based on the Foucauldian Analysis of Statements in Mathematics Teacher Education

Abstract: This article analyzes, based on an interview with a higher education professor from an undergraduate Mathematics teaching program at a State University in the state of Paraná, the statements of objectification of the subject, demonstrating how this discursive production of the student as "lacking a basic foundation" articulates with the configuration of remedial courses as a university student retention policy. We draw upon the Foucauldian concepts of statement, objectification of the subject, and subjectivation. The results of the interview analysis indicate that remedial courses operate simultaneously as a retention strategy, by filling gaps in prior education, and as an apparatus that objectifies the student through this discourse, subjecting them to a logic of normalization. We conclude that such courses have the potential to function as a retention policy, but this potential will only be realized if articulated with socioeconomic support policies, psychological counseling, and, above all, a reframing of the discourse surrounding the "lack of foundation" that does not stigmatize the student.

Keywords: Revision Courses, Retention Policies, Initial Teacher Education in Mathematics.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Matemática (PRPGEM) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) *campus* de Campo Mourão.

E-mail: bcamm2002@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0823-4544>

² Doutor em Educação para a Ciência e a Matemática. Professor associado do colegiado de Matemática da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) *campus* de Campo Mourão.

E-mail: luciano.mat.mga@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9326-0826>

³ Doutora em Educação. Professora associada do colegiado de Matemática da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) *campus* de Campo Mourão

E-mail: talita.santos@ies.unespar.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8898-4160>

Introdução

Nos cursos de licenciatura, particularmente na formação de professores de Matemática, as taxas de abandono escolar são reconhecidas como um desafio estrutural que antecede, em muitos casos, o próprio ingresso no Ensino Superior. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2019) indicam que a evasão pode atingir 50% em certas instituições.

Diversos autores têm investigado os múltiplos fatores que contribuem para a evasão e para as dificuldades de permanência nos cursos de licenciatura em Matemática. Nessa direção, Ferreira (2016) identificou, a partir dos enunciados de ex-alunos evadidos de um curso de licenciatura em Matemática do Paraná, um conjunto de fatores interligados que vão desde questões externas, como a incompatibilidade entre trabalho e estudo e a defasagem de conhecimentos da Educação Básica, até aspectos internos à instituição, como as relações de poder com os professores, a ênfase excessiva na matemática pura em detrimento da formação pedagógica e a própria estrutura curricular, que muitas vezes funciona como um obstáculo à permanência, especialmente nos primeiros anos do curso.

Klein (1908) reeditado em (2009) destacou que essa problemática se expressa em uma dupla descontinuidade, entre a matemática escolar e a matemática acadêmica, e defendeu que a licenciatura deveria abordar esses elementos em uma perspectiva integradora, proporcionando aos futuros professora uma visão panorâmica das disciplinas. Esses fatores se somam a outras problemáticas historicamente associadas à evasão nos cursos de licenciatura em Matemática, como a transição para uma matemática marcada por maior abstração, que constitui um desafio para os ingressantes, além da desvalorização profissional e das precárias condições de trabalho enfrentadas pelos futuros docentes (Gatti, 2014).

Rezende (2003) argumentou que o problema transcende uma mera carência de conteúdos, exigindo uma reconstrução epistemológica. Como resposta, as Instituições de Ensino Superior vêm adotando estratégias variadas, desde disciplinas introdutórias até projetos extensionistas, para facilitar a transição ao Ensino Superior da Matemática.

No Brasil, as discussões sobre a formação docente influenciaram as reformas curriculares das licenciaturas em Matemática a partir dos anos 2000. Oliveira e Fiorentini (2018) observaram que muitas instituições ainda operavam sob o modelo tradicional denominado “3+1”, no qual três anos de formação matemática convencional eram

seguidos por um ano de preparação didático-pedagógica. Tal estrutura perpetuava a dissociação entre o conhecimento matemático e as competências para o seu ensino.

No âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, têm sido implementadas as chamadas políticas de permanência, que são programas institucionais voltados à redução das taxas de evasão. No estado do Paraná, de acordo com informações da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), as universidades oferecem diversas políticas: bolsa permanência, auxílios alimentação, moradia e transporte, refeições subsidiadas, restaurantes universitários, moradia estudantil, atendimento psicológico e social, apoio a estudantes com deficiência, entre outras.

As disciplinas revisionais, expressão cunhada por Zaidan *et al.* (2021), são componentes curriculares que revisam conteúdo da Matemática Básica (Ensino Fundamental e Médio), com o propósito de suprir lacunas da formação anterior. Tais disciplinas ocorrem nos primeiros períodos, compõem o núcleo de formação específica e preparam para disciplinas como Cálculo Diferencial e Integral (CDI), dadas as altas taxas de retenção (Moreira e David, 2013).

Nós, pesquisadores deste estudo, entendemos também que as disciplinas revisionais vão além da função remediativa e preparatória para o CDI enfatizada por Zaidan *et al.* (2021) e Moreira e David (2013). Compreendemos que, no âmbito específico das licenciaturas em Matemática, tais componentes curriculares estão inseridos também para ensinar aos futuros professores como se ensina a Matemática Básica. Nessa perspectiva, elas não se restringem a reapresentar conteúdos, mas sim a promover uma reflexão epistemológica e didática sobre eles, explorando múltiplas representações, estratégias de abordagens e obstáculos de aprendizagens inerentes a esses tópicos. Essa dimensão formativa ganha concretude quando consideramos que os saberes ali mobilizados serão posteriormente ressignificados e utilizados pelos licenciandos durante os estágios supervisionados, por exemplo, e ao longo de toda a sua atuação profissional.

Klein (1908) reeditado em (2009) destacou que futuros professores de matemática enfrentavam uma ruptura epistemológica ao ingressar na universidade, sendo forçados a abandonar suas referências escolares para, ao final do curso, precisarem rejeitar a matemática acadêmica em sua prática profissional. Essa problemática persiste contemporaneamente, conforme evidenciam Oliveira e Fiorentini (2018), o que exige uma reavaliação dos modelos formativos.

Esta investigação insere-se em um contexto particularmente crítico para a formação de professores de matemática no estado do Paraná, caracterizado por dois

fenômenos complementares. O primeiro diz respeito à expressiva redução no número de candidatos aos cursos de licenciatura em Matemática nas universidades públicas paranaenses: entre 2017 e 2023, a procura caiu aproximadamente 76%, passando de 5.980 inscritos (vestibular e SISU) para apenas 1.436 (G1 Paraná, 2023). O segundo fenômeno são as taxas de evasão, que em muitas instituições ultrapassam 50% (Inep, 2019).

No entanto, os dados quantitativos disponíveis, embora relevantes, representam apenas uma faceta de um fenômeno mais complexo. Para uma compreensão adequada do papel das disciplinas revisionais, é necessário estudar três limitações importantes: (i) a inexistência de estudos comparativos que analisem sua implementação em diferentes instituições públicas do Paraná; (ii) a carência de pesquisas sobre como essas iniciativas se articulam (ou não) com outras políticas de permanência já existentes; e (iii) a escassez de abordagens qualitativas capazes de capturar as percepções dos atores educacionais envolvidos, como coordenadores de curso e docentes universitários.

Ressalta-se que esta pesquisa não se volta à análise de dados quantitativos de evasão ou permanência, mas sim à análise do discurso de um professor, buscando compreender como ele percebe e significa as dimensões curriculares, pedagógicas e sociais envolvidas na formação inicial.

Ao analisar o discurso do professor entrevistado, coloca-se, então, o problema: as disciplinas revisionais podem vir a se configurar como uma política de permanência universitária, ou, antes disso, elas operam como um discurso que produz o aluno como carente, objetivando-o a partir de uma falta e, com isso, naturalizando a própria existência das disciplinas?

Para responder, mobilizamos os conceitos foucaultianos de enunciado, objetivação do sujeito e subjetivação. O objetivo deste artigo é analisar, a partir de uma entrevista com um professor do Ensino Superior de um curso de Licenciatura em Matemática de uma Universidade Estadual Pública do estado do Paraná, os enunciados de objetivação do sujeito, avaliando de que forma essa produção discursiva do aluno como “carente de case” se articula com a configuração das disciplinas revisionais como uma política de permanência.

Cabe ressaltar, no entanto, que essas disciplinas não integram formalmente o rol das políticas de permanência institucionalizadas pelas universidades. A presente pesquisa tem justamente como propósito investigar se essas disciplinas podem vir a ser configuradas como uma política de permanência, ainda que não tenham sido originalmente concebidas com esse fim.

Fundamentação teórica

O primeiro conceito que mobilizamos é o enunciado, tal como desenvolvido por Foucault (1969). Diferentemente de uma frase ou proposição, o enunciado é uma função que cruza quatro domínios: um referencial (um objeto de que se fala), uma posição de sujeito (quem pode enunciar e de onde), um campo associado (outros enunciados que lhe dão sentido) e uma materialidade (um suporte, como a fala ou o escrito).

Quando um professor diz, por exemplo “esses alunos têm nota abaixo de 5”, não se trata de mera opinião, mas de um enunciado que produz o aluno como objeto mensurável, que posiciona o professor como autoridade avaliativa e que se ancora em todo um discurso psicológico e pedagógico sobre “deficiência de base”. Para nossa análise, identificar enunciados na entrevista significa encontrar essas funções que fazem emergir um certo tipo de sujeito.

Foucault (1969) recusa a noção de um sujeito transcendental, origem de sentido ou consciência soberana. Para ele, o sujeito é constituído nas práticas discursivas e não discursivas. Ele é, ao mesmo tempo, submetido a relações de poder-saber e capaz de agir sobre si mesmo. Essa dupla dimensão é capturada pelos processos de objetivação e subjetivação. Na educação, isso significa que o aluno não preexiste às práticas que o nomeiam, classificam e avaliam; ele torna-se “aluno repetente”, “aluno com dificuldade”, “aluno de risco” precisamente por meio de enunciados e de técnicas como exame, notas e diagnósticos.

A objetivação é o processo pelo qual o indivíduo é transformado em objeto de um saber. Foucault (2008) identificou esse processo nas ciências humanas (a loucura, a doença, a criminalidade como objetos da psiquiatria, da medicina, do direito). No campo pedagógico, a objetivação ocorre quando o aluno é medido, classificado, diagnosticado, quando se diz dele que ele “tem lacunas”, “vem mal preparado”, “precisa de reforço”.

As disciplinas revisionais são inteiramente fundadas sobre essa operação: sem a objetivação o ingressante como “portador de deficiências matemáticas”, a própria ideia de revisão perderia seu sentido. A objetivação é, portanto, a condição discursiva para a intervenção disciplinar.

Já a subjetivação designa os processos pelos quais o indivíduo age sobre si mesmo, reconhece-se como sujeito de uma determinada conduta e se transforma. Não se trata de uma “liberdade interior”, mas de práticas concretas. Em nosso contexto, interessamos especialmente três formas: 1) Subjetivação disciplinar: o aluno interioriza a norma (a

nota ideal, o ritmo de estudos, a cobrança por resultados) e torna-se seu próprio vigia; 2) Subjetivação por reconhecimento da falta: o aluno se vê no diagnóstico que lhe foi atribuído (“sou ruim em matemática”) e se engaja em corrigir-se; e 3) Resistência: recorre-se a ser objetivado, faltar, questionar, que também é uma forma de subjetivação, ainda que negativa).

Do ponto de vista foucaultiano, não buscamos reconstruir a “experiência vivida” dos alunos, mas sim descrever as funções enunciativas presentes na fala do docente, isto é, como ele posiciona os alunos como objetos de seu saber (objetivação) e como ele descreve ou prescreve condutas de si (subjetivação).

Metodologia

Trata-se de um estudo de caso qualitativo, com análise de enunciados inspirada nos referenciais foucaultianos da Arqueologia do Saber e da Microfísica do Poder. Conforme define Gil (2002), o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que visa estudar um ou mais objetos específicos de maneira extensa e exaustiva, para que se obtenha o máximo de conhecimentos acerca dos fenômenos abordados. Essa abordagem se mostra adequada ao presente trabalho, uma vez que nos propomos investigar, em profundidade, os enunciados de um professor sobre as disciplinas revisionais, buscando compreender como esses enunciados objetivam o aluno e se configuram como uma política de permanência.

A fonte dos dados é uma entrevista semiestruturada realizada com um docente do curso de licenciatura em Matemática da Universidade Pública do estado do Paraná. A pesquisa foi submetida pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição responsável, sob o número de parecer 8.033.314. Todos os procedimentos atenderam às exigências da Resolução CNS nº 466/2012 (Brasil, 2012), garantindo o anonimato do participante, a confidencialidade dos dados e a liberdade de retirar o consentimento a qualquer momento.

O professor foi selecionado por dois critérios principais: (a) sua participação nas discussões que resultaram na formulação curricular do curso, ocorrida por volta de 2020; e (b) o fato de ministrar disciplinas do primeiro ano, entre elas, Geometria 1, que se enquadra na categoria de disciplina revisional conforme definida por Zaidan *et al.* (2021). A entrevista foi gravada em áudio, transcrita na íntegra e tratada anonimamente.

Nesta entrevista, não nos interessa aferir a opinião pessoal do professor sobre a possível eficácia das disciplinas revisionais. Buscamos, especificamente, os enunciados

de objetivação do sujeito, os momentos que o professor, ao falar de seus alunos, os transforma em objetos de um saber que os classifica, mede, diagnostica ou descreve a partir de uma falta. Nesse sentido, ele produz discursivamente o aluno como carente, como alguém cuja deficiência naturaliza a existência da disciplina revisional.

Paralelamente, identificamos os enunciados de subjetivação, aqueles em que o professor descreve como o aluno age ou deveria agir sobre si mesmo (autocobrança, estudo fora da universidade, reconhecimento da própria falta), bem como eventuais resistências (desistências, falta de dedicação).

O procedimento analítico seguiu três etapas: (1) leitura flutuante e isolamento de enunciados: a transcrição foi lida na íntegra, e foram destacados os trechos que funcionam como enunciados; (2) Classificação dos enunciados em objetivação e subjetivação: trechos em que o professor descreve, mede, classifica ou diagnostica os alunos e trechos em que o professor descreve como os alunos agem ou deveriam agir sobre si mesmos; e (3) Articulação com a permanência: análise de como esses enunciados se relacionam com a permanência ou evasão, respondendo à pergunta central da pesquisa, se as disciplinas revisionais podem ser configuradas como uma política de permanência.

A análise concentra-se exclusivamente no discurso do professor, não contemplando a perspectiva dos alunos. As percepções discentes sobre as disciplinas revisionais, bem como suas experiências de objetivação e subjetivação, não são o objeto deste estudo, constituindo-se como limite de pesquisa e como agenda para trabalhos futuros. Além disso, por se tratar de um estudo de caso único, os resultados não são generalizáveis.

Resultados e Discussão

Foram identificados diversos enunciados que operam a objetivação e a subjetivação dos estudantes que cursaram as disciplinas revisionais na entrevista do professor. Esses enunciados não são meras descrições, eles produzem um tipo específico de estudante, aquele que naturalmente precisa da disciplina revisional. Vejamos: *“Os alunos não estavam vindo com base”*; *“Eles não acompanhavam, não sabia fazer a matemática elementar.”*; *“A educação básica está deixando a desejar... eles não têm conhecimento, digamos, bem sólido.”*; *“Eles não sabem fazer potenciação, radiciação, fração, matemática básica eles erram muito.”*;

Em cada uma desses enunciados, o professor posiciona-se como aquele que diagnostica uma falta. Nesta pesquisa, compreendemos o enunciado a partir da

perspectiva arqueológica de Foucault (2008), não como uma unidade linguística fechada, como frase, proposição ou ato de fala, mas compreendemos como uma função discursiva que não se reduz a frase ou proposição, mas que estabelece condições de existência para o que pode ser dito, produzindo efeitos de sentido e regimes de verdade em um dado campo do saber (Foucault, 2008).

O referencial é sempre uma norma implícita, o que o aluno “deveria saber” ao término da Educação Básica. Ao descrever o aluno como alguém que “não sabe”, o professor não apenas constata, mas justifica discursivamente a existência das disciplinas revisionais. Essa objetivação faz parte do discurso pedagógico que identifica lacunas reais de aprendizagem, justificando a existência das disciplinas revisionais como uma resposta necessária a essas lacunas. Conforme Foucault (2008), o referencial do enunciado “forma o lugar, a condição, o campo de emergência [...] e define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade” (p. 102), é precisamente esse referencial normativo que torna possível, no discurso pedagógico, enunciar o aluno como “portador de lacunas” e, com isso, legitimar as disciplinas revisionais.

Note-se que o próprio termo “base” opera como um marcador de normalidade: ter base é estar apto, não ter base é estar em situação de risco. A disciplina revisional, então, é apresentada como a solução técnica para um problema que o próprio discurso do professor ajudou a instituir como verdade. Ao utilizar o dado numérico “metade desistiu”, o professor realiza uma prática comum no ambiente educacional, a quantificação, que auxilia no planejamento de intervenções pedagógicas.

Paralelamente, o professor produz enunciados que convocam o aluno a agir sobre si mesmo, ou que descrevem a falta dessa ação como causa do fracasso. Trata-se da subjetivação disciplinar: o aluno é chamado a internalizar a norma e a se autovigiar. “*Se os alunos entrarem e quiserem estudar, mesmo se tivesse CDI no primeiro ano, eles são aprovados.*”; “*Os alunos não têm aquela dedicação, não estudam fora da universidade.*”; “*Eles não têm buscado estudar; o aluno tem que ter comprometimento com a formação.*”

Esses enunciados descolam a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso para o próprio aluno. A norma é apresentada como algo que o aluno deveria exercer sobre si mesmo: estudar fora do horário e dedicar-se. Quando o professor afirma que “*se os alunos quisessem estudar, mesmo com CDI no primeiro ano do curso, seriam aprovados*”, ele está operando uma subjetivação típica do poder disciplinar: o sujeito é convocado a se

transformar, a se autogovernar. Como observa Foucault (1987), o poder disciplinar “não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num sistema de eficácia” (p. 161). É precisamente essa lógica que opera quando se atribui ao aluno a tarefa de empregar suas próprias forças no estudo, fazendo dele o principal responsável por seu êxito ou fracasso. O professor descreve o comportamento observado dos alunos, a baixa dedicação aos estudos fora da universidade, se aprofundar suas causas socioeconômicas, o que é compreensível no contexto de sua fala e não invalida a importância das disciplinas revisionais.

Aparecem também enunciados de resistência, ainda que relatados pelo professor: *“A maioria não quer mais fazer as coisas, querem as coisas tudo prontas.”* A resistência, para Foucault (1969), não é externa ao poder, mas sim seu correlato. Aqui, o professor descrever uma forma de resistência passiva: o aluno que não se dedica, que não estuda fora, que “quer tudo pronto”. Sob a ótica foucaultiana, essa resistência poderia ser vista como uma recusa à subjetivação disciplinar. No entanto, isso não diminui a importância das disciplinas revisionais, que seguem sendo fundamentais para suprir lacunas e apoiar os estudantes que delas necessitam.

Por fim, o próprio professor expressa uma dúvida que tensiona seu discurso: *“Mas dizer que as disciplinas rem um caráter de permanência... é difícil, porque eu não sei o que vai acontecer. Não sei o que está acontecendo. Eu acho que se eu colocar as disciplinas do Ensino Médio tudo no primeiro ano com os mesmos professores do Ensino Médio, vai acontecer a mesma coisa. Vai acontecer a mesma evasão.”*

Esse enunciado revela uma consciência dos limites do dispositivo disciplinar. O professor reconhece que, mesmo com as disciplinas revisionais, a evasão persiste. Isso abre espaço para questionar a pertinência da objetivação e subjetivação como estratégias de permanência, ponto que será retomado a seguir.

A análise permite responder à pergunta central da pesquisa: as disciplinas revisionais podem ser configuradas como uma política de permanência? E a resposta, à luz do referencial foucaultiano, não é unívoca.

O professor ao afirmar que as disciplinas revisionais foram criadas com o propósito explícito de dar base aos alunos, para que pudessem acompanhar as disciplinas seguintes. Nesse sentido, elas foram concebidas como uma estratégia de permanência, ainda que não formalmente institucionalizadas como tal. O próprio professor diz: *“Eu acho que ela tem aspectos que sim. Tá dando conta? Não.”*

Há, portanto, uma tensão entre a intenção declarada, que é de reduzir a evasão, e os efeitos observados, que são as altas taxas de evasão ainda persistentes. Embasados em Foucault (1969) compreendemos essa tensão: o poder disciplinar não é meramente repressivo, ele produz efeitos, mas esses efeitos não são sempre os esperados. As disciplinas revisionais produzem alunos objetivados como “carentes” e convocados à autodisciplina, mas essa produção não garante a permanência.

O professor aponta um paradoxo central: *“Nós estamos com um problema, se elas são políticas de permanência, porque que não tem aluno e porque eles não permanecem no curso? Isso é um paradoxo.”* Esse paradoxo é, na verdade, a chave da análise foucaultiana. A política de permanência, ao operar por meio da objetivação e da subjetivação disciplinar, pode produzir o contrário do que pretende. Embora se possa especular, na teoria foucaultiana, que o diagnóstico de “falta de base” pudesse levar à internalização negativa, não é nosso objetivo afirmar que isso ocorra na prática. Pelo contrário, as disciplinas revisionais têm se mostrado benéficas ao oferecer suporte concreto, e a evasão deve ser compreendida a partir de múltiplos fatores.

O professor reconhece que “existem outras variáveis”, questões sociais, econômicas, a falta de motivação dos jovens, a desvalorização da carreira docente. No entanto, ele não chega a problematizar que o próprio discurso da “falta de base” pode ser uma dessas variáveis. É nesse ponto que a análise foucaultiana avança: não se trata apenas de acrescentar mais variáveis, mas de questionar o regime de verdade que constitui o aluno como deficiente.

Foucault (1969), a disciplina revisional como um dispositivo que articula discursos (sobre defasagem, sobre base), práticas (testes diagnósticos, exercícios repetitivos, avaliações), relações de poder (professor que vigia e normaliza, aluno que se autovigia) e um objetivo estratégico (a permanência). Contudo, esse dispositivo não é monolítico, ele produz também resistências e feitos não intencionais, como a evasão que o professor relata.

O professor entrevistado, mesmo sem usar o vocabulário foucaultiano, intui essa complexidade quando diz: *“É muito complexo a questão. Eu estou falando isso, outro professor vai te falar outras coisas, o aluno fala outra coisa.”* A permanência, portanto, não pode ser reduzida à eficácia de uma disciplina isolada. Ela depende de um conjunto de condições institucionais, sociais e subjetivas, muitas das quais escapam ao controle disciplinar.

Então, as disciplinas revisionais podem ser configuradas como uma política de permanência? A resposta, à luz da análise foucaultiana, é sim. Sim, porque elas foram concebidas com essa finalidade, e o professor acredita que, sem elas, a evasão seria ainda maior: *“Se tivesse na grade antiga, a gente já não teria mais o curso.”* Essa percepção encontra eco nos dados de uma pesquisa comparativa realizada por (Ferreira, Martins e Santos, 2024): a taxa de reprovação no primeiro ano do curso caiu de 61,10% para 38,50%, indicando que a reorganização curricular em uma universidade pública do estado do Paraná em um curso de licenciatura em Matemática produziu efeitos sobre a retenção inicial.

A análise foucaultiana sugere que o discurso da “falta de base” se soma a outras variáveis, como as condições de trabalho, a inserção socioeconômica dos estudantes e as relações de poder instituídas no ambiente acadêmico. Assim, os dados e a fala do professor apontam para a contribuição das disciplinas, mas também para a necessidade de políticas complementares que atuem sobre os múltiplos fatores que atravessam a permanência no curso.

Para nós pesquisadores, as disciplinas revisionais vão além do papel remediativo e preparatório. Entendemo-las como espaços formativos que também ensinam ao licenciando como se ensina a Matemática Básica, articulando conteúdos escolares com estratégias didáticas, representações múltiplas e análise de obstáculos de aprendizagem, preparando-o para a docência que exercerá e sua carreira. O que a pesquisa sugere, então, é que essas disciplinas têm o potencial para funcionar como política de permanência, mas esse potencial só se realizará se forem acompanhadas de outras estratégias que não se limitem à lógica disciplinar, por exemplo, políticas de apoio socioeconômico, acompanhamento psicológico, e, principalmente, uma resignificação do discurso sobre a “falta de base” que não estigmatize o aluno.

Cabe esclarecer que a análise foucaultiana aqui empreendida não tem como objetivo qualificar/desqualificar as disciplinas revisionais ou apontar supostos “efeitos perversos” que as tornariam prejudiciais. Pelo contrário, reconhecemos que essas disciplinas são fundamentais para sanar deficiências reais da formação básica e para promover a permanência dos estudantes, Foucault (2008) como os enunciados do professor operam, sem que isso indique qualquer juízo negativo sobre a prática docente ou sobre a própria disciplina. As disciplinas revisionais podem se tornar uma política importante, e nossa análise pretende contribuir para seu aperfeiçoamento, não para sua desvalorização.

Considerações finais

A análise dos enunciados produzidos pelo professor permitiu evidenciar que as disciplinas revisionais, embora não integrem formalmente o rol das políticas de permanência institucionalizadas pelas universidades, são concebidas e operam como uma estratégia de permanência dos estudantes nos primeiros períodos do curso de Licenciatura em Matemática. O professor reconhece essa intencionalidade ao afirmar que, sem tais disciplinas, “*a gente já não teria mais o curso*”, o que indica que, em sua percepção, elas desempenham um papel relevante na redução da evasão.

No entanto, a análise foucaultiana revelou uma tensão constitutiva desse dispositivo. Por um lado, as disciplinas revisionais a uma demanda real dos estudantes, que chegam à universidade com lacunas na formação matemática da Educação Básica, e oferecem um suporte concreto para que possam acompanhar disciplinas subsequentes. Por outro lado, o discurso que as legitima opera simultaneamente uma objetivação do aluno como “portador de deficiências”, alguém que “não sabe”, que “não tem base”, e uma subjetivação disciplinar, na qual o estudante é convocado a internalizar a norma e a responsabilizar-se individualmente por seu sucesso ou fracasso, como expresso na afirmação do professor de que “*se os alunos quisessem estudar, seriam aprovados*”.

Esse duplo movimento, de acolhimento e de normalização, não invalida a importância das disciplinas revisionais, mas aponta para seus limites enquanto política de permanência isolada. A evasão persistente, reconhecida pelo próprio professor como um paradoxo, sugere que o diagnóstico da “falta de base”, embora necessário para justificar a intervenção curricular, pode produzir efeitos não intencionar quando desacompanhado de outras estratégias.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa confirmou a potência heurística dos conceitos foucaultianos para a análise de práticas curriculares no Ensino Superior. O enunciado, a objetivação e a subjetivação revelaram-se ferramentas fecundas para desnaturalizar discursos pedagógicos aparentemente neutros e para evidenciar as relações de poder-saber que atravessam a formação de professores.

Como limitação da pesquisa, destaca-se o recorte de um único estudo de caso, o que não permite generalizações. Além disso, a análise concentrou-se exclusivamente no discurso do professor, não contemplando a perspectiva dos estudantes, sujeitos diretamente afetados pelos processos de subjetivação e objetivação aqui descritos.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o debate sobre políticas de permanência no Ensino Superior, especialmente no campo da formação de professores que ensinam matemática.

Referências

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2019.
- DAVID. M. M.; MOREIRA, P. C.; TOMAZ, V. S. **matemática escolar, matemática acadêmica e Matemática do Cotidiano: uma teia de relações sob investigação**. Acta Scientiae, v.15, n.1, jan. /abr. 2013.
- FERREIRA, Luciano. **Práticas discursivas e subjetivação do sujeito evadido do curso de matemática da Universidade Estadual de Maringá**. 2016. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.
- FERREIRA, Luciano; MARTINS, Bruna Camila Alonso Martin; SANTOS, Talita Secorun dos. Uma comparação de duas matrizes curriculares: as mudanças de um projeto político de curso de graduação se configurando como uma política de permanência universitária. **REPPE: Revista de Ensino e Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 8, n. 2, p. 2380-2398, 2024.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **L'Archéologie du Savoir**. Paris: Éditions Gallimard, 1969.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GATTI, B. A. A formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 365-386, 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KLEIN, F. c. Volume I, Parte I: Aritmética. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Matemática, 2009.
- MACHADO, Rafael; KRUGER, Ana. **Em seis anos, procura por cursos de licenciatura cai 74% em universidades públicas do Paraná**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/pr/parana/educacao/noticia/2024/02/26/em-seis-anos-procura-por-cursos-de-licenciatura-cai-74percent-em-universidades-publicas-do-parana.ghtml>. Acesso em: 18 de junho de 2026.
- OLIVEIRA, A. T. C. C.; FIORENTINI, D. **O papel e o lugar da didática específica na formação inicial do professor de matemática**. Rev. Brasileira de Educação. v. 23, p. 1-17, 2018.
- REZENDE, W. M. **O ensino de cálculo: dificuldades de natureza epistemológica**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI). **Políticas de permanência nas universidades estaduais do Paraná**. Curitiba: SETI, [s.d.]. Disponível em: <http://www.seti.pr.gov.br>. Acesso em: 18 de junho de 2026.

ZAIDAN, Samira; FERREIRA, Ana Cristina; PAULA, Enio Freire De; SANTANA, Flavia Cristinade Macedo; COURA, Flavia Cristina Figueredo; PEREIRA, Patrícia Sandalo; STORMOWSKI, Vandoir. **A Licenciatura em Matemática no Brasil em 2019: Análises dos projetos dos cursos que se adequam à resolução CNE/CP 02/2015: GT - 07 - Formação de Professores que Ensinam Matemática**. Brasil: Biblioteca do Educador, coleção SBEM, 2021. v. 20.

Submissão: 23/06/2026. **Aprovação:** 06/07/2026. **Publicação:** 31/08/2026.